J.P.Morgan

Banco J.P. Morgan S.A.

C.N.P.J. nº 33.172.537/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. (Banco) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício o Banco apresentou um lucro de R$ 186.388 mil, correspondente a R$ 3,29 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R$ 61.315 mil. Em 31 de dezembro de 2014 o valor patrimonial por ação atingiu R$ 61,32 com aumento de 5,63% em relação ao exercício anterior. **Índice de Basiléia:** O Banco adota a apuração dos limites de Basiléia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Financeiro, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2014, o índice de Basiléia do Conglomerado Financeiro era de 17,86%, sendo o Patrimônio de Referência de R$ 3.747.940 mil e o Patrimônio de Referência Exigido de R$ 2.307.797 mil. **Gerenciamento de Risco:** O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central as estruturas que regem as atividades de risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e gerenciamento de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/sg/finance. A divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela regra de Pilar III também estão disponíveis no site acima. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado Financeiro, sendo composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 17 de março de 2015.

São Paulo, 17 de março de 2015
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em milhares de reais)*

Ativo	2014	2013
Circulante	33.697.102	25.548.700
Disponibilidades	400.004	145.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	15.890.594	11.160.959
Aplicacões no mercado aberto	15.845.981	9.172.260
Aplicacões em depósitos interfinanceiros	44.613	115.085
Aplicações em moeda estrangeira	-	1.873.614
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 8)	10.449.809	7.825.003
Carteira própria	4.274.499	4.599.538
Vinculados a compromissos de recompra	43.513	3.003
Vinculados à prestação de garantias	4.100.550	2.094.808
Instrumentos financeiros derivativos	2.031.247	1.127.654
Relações interfinanceiras e interdependências	59.909	64.759
Pagamentos e recebimentos a liquidar	-	9
Depósitos no Banco Central	59.906	64.741
Correspondentes	-	6
Outros	3	3
Operações de crédito (Nota 9)	921.722	710.016
Empréstimo de ações	63.780	195.509
Setor privado	863.517	515.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.575)	(1.198)
Outros créditos	5.971.735	5.636.399
Carteira de câmbio (Nota 11)	5.305.578	5.288.931
Rendas a receber	21.408	22.393
Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	498.405	212.204
Diversos (Nota 12 (a))	153.639	121.064
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.295)	(8.193)
Outros valores e bens	3.329	6.129
Outros valores e bens	769	769
Despesas antecipadas	2.560	5.360
Realizável a longo prazo	2.284.141	3.049.293
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 7 e 8)	1.122.619	1.299.716
Instrumentos financeiros derivativos	1.122.619	1.299.716
Operações de crédito (Nota 9)	10.696	68.241
Setor privado	10.696	98.800
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(30.559)
Outros créditos	1.150.826	1.681.336
Carteira de câmbio (Nota 11)	265.560	-
Rendas a receber	17.146	-
Diversos (Nota 12 (a))	868.120	1.681.336
Permanente	922.453	659.830
Investimentos	762.424	613.231
Participações em controladas no país (Nota 13)	761.612	612.419
Outros investimentos	1.182	1.182
Provisão para perdas	(370)	(370)
Imobilizado de uso	148.953	32.515
Imóveis de uso (Nota 14)	89.308	-
Outras imobilizações de uso	104.562	66.144
Depreciações acumuladas	(44.917)	(33.629)
Diferido	-	1.250
Gastos de organização e expansão	12.541	12.541
Amortização acumulada	(12.541)	(11.291)
Intangível (Nota 15)	11.076	12.834
Outros ativos intangíveis	11.076	12.834
Total do ativo	**36.903.696**	**29.257.823**

Passivo	2014	2013
Circulante	29.831.684	14.614.438
Depósitos (Nota 16 (a))	2.554.867	1.718.004
Depósitos à vista	221.075	171.431
Depósitos interfinanceiros	2.016.865	1.194.400
Depósitos a prazo	316.927	352.173
Captações no mercado aberto (Nota 16 (b))	4.495.265	4.221.293
Carteira própria	43.260	3.000
Carteira de terceiros	3.972.528	4.064.542
Carteira livre movimentação	479.477	153.751
Relações interfinanceiras	-	1
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	1
Relações interdependências	80.183	14.232
Recursos em trânsito de terceiros	80.183	14.232
Obrigações por empréstimos (Nota 17)	14.707.764	297.731
Empréstimos no exterior	14.707.764	297.731
Obrigações por repasses no país	44.111	272
Obrigações por repasses - BNDES	44.111	272
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	2.792.137	1.547.903
Instrumentos financeiros derivativos	2.792.137	1.547.903
Outras obrigações	5.157.357	6.815.002
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	862	6.949
Carteira de câmbio (Nota 11)	4.348.065	4.927.037
Sociais e estatutárias	7.080	764
Fiscais e previdenciárias (Notas 12 (b) e 18)	16.240	966.268
Negociação e intermediação de valores (Nota 10)	552.259	646.324
Diversas (Nota 12 (c))	232.851	267.660
Exigível a longo prazo	3.598.591	11.354.881
Depósitos (Nota 16 (a))	1.057.166	1.205.302
Depósitos a prazo	1.057.166	1.205.302
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 8)	1.606.892	1.023.086
Instrumentos financeiros derivativos	1.606.892	1.023.086
Obrigações por empréstimos (Nota 17)	-	8.199.100
Empréstimos no exterior	-	8.199.100
Obrigações por repasses no país	9.827	53.648
Obrigações por repasses - BNDES	9.827	53.648
Outras obrigações	924.706	873.745
Fiscais e previdenciárias (Nota 12 (b) e 18)	343.961	312.392
Carteira de câmbio (Nota 11)	268.408	-
Diversas (Nota 12 (c))	312.337	561.353
Resultados de exercícios futuros	1.172	1.368
Patrimônio líquido (Nota 20)	3.472.249	3.287.136
Capital social	2.453.981	2.453.981
De domiciliados no país	9.032	9.032
De domiciliados no exterior	2.444.949	2.444.949
Reservas de capital	25.464	25.402
Reservas de lucros	994.151	807.763
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.337)	-
Ações em tesouraria	(10)	(10)
Total do passivo e patrimônio líquido	**36.903.696**	**29.257.823**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	2.425.096	2.609.015	4.270.336
Operações de crédito	60.293	101.000	47.426
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.671.945	2.502.939	3.201.089
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	85.063	(28.370)	478.770
Resultado de operações de câmbio	607.795	33.446	543.051
Despesas da intermediação financeira	(2.084.499)	(1.939.154)	(3.715.554)
Operações de captações no mercado	(399.511)	(752.645)	(553.309)
Operações de empréstimos e repasses	(1.706.890)	(1.213.589)	(3.161.152)
Reversão/(Provisão) para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	21.902	27.080	(1.093)
Resultado bruto da intermediação financeira	340.597	669.861	554.782
Outras receitas (despesas) operacionais	25.736	(160.739)	(481.908)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (f))	131.452	266.387	245.974
Despesas de pessoal	(330.336)	(580.966)	(575.429)
Resultado de participações em controladas (Nota 13)	82.411	149.189	104.472
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(108.579)	(188.206)	(175.205)
Despesas tributárias	(55.390)	(89.240)	(56.458)
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	400.851	433.570	65.610
Outras despesas operacionais (Nota 23 (d))	(94.673)	(151.473)	(90.872)
Resultado operacional	366.333	509.122	72.874
Resultado não operacional	(933)	(957)	(19)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	365.400	508.165	72.855
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19)	(282.247)	(308.992)	(6.499)
Provisão para imposto de renda	(2.870)	(19.099)	4.580
Provisão para contribuição social	(13.651)	(23.222)	2.874
Ativo/(Passivo) fiscal diferido	(265.726)	(266.671)	(13.953)
Participações no lucro (Nota 23 (e))	(4.648)	(12.785)	(5.041)
Lucro líquido do semestre /exercício	78.505	186.388	61.315
Número de ações (Nota 20)	56.625.110	56.625.110	56.625.110
Lucro por ação no final do semestre/exercício - R$	1,39	3,29	1,08

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - *(Em milhares de reais)*

		Reservas de capital			Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva de atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Em 31 de dezembro de 2012	2.453.981	214	24.939	-	136.987	609.238	-	-	(10)	3.225.349
Dividendos prescritos (Lei nº 6.604, artigo 287, III)	-	-	-	-	-	-	-	223	-	223
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	130.685	-	-	-	-	-	130.685
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	(130.436)	-	-	-	-	-	(130.436)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	61.315	-	61.315
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.077	-	-	(3.077)	-	-
Reserva estatutaria	-	-	-	-	-	58.461	-	(58.461)	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	2.453.981	214	24.939	249	140.064	667.699	-	-	(10)	3.287.136
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	179.817	-	-	-	-	-	179.817
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	(179.755)	-	-	-	-	-	(179.755)
Ajuste de avaliação patrimonial										
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	(1.337)	-	-	(1.337)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	186.388	-	186.388
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	-	9.319	-	-	(9.319)		-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	177.069	-	(177.069)	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	2.453.981	214	24.939	311	149.383	844.768	(1.337)	-	(10)	3.472.249
Em 30 de junho de 2014	2.453.981	214	24.939	249	145.458	667.699	3.403	102.489	(10)	3.398.422
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	80.684	-	-	-	-	-	80.684
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 22 (b))	-	-	-	(80.622)	-	-	-	-	-	(80.622)
Ajuste de avaliação patrimonial										
Variação do ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	-	(4.740)	-	-	(4.740)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	78.505	-	78.505
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.925	-	-	(3.925)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	177.069	-	(177.069)	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	2.453.981	214	24.939	311	149.383	844.768	(1.337)	-	(10)	3.472.249

Continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - *(Em milhares de reais)*

	Segundo semestre 2014	Exercícios findos em 31 de dezembro 2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido/(Prejuízo) ajustado	**(20.163)**	**23.418**	**(72.224)**
Lucro líquido do semestre/exercício	78.505	186.388	61.315
Ajuste ao lucro líquido:	(98.668)	(162.970)	(133.539)
Reversão de provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	(21.902)	(27.080)	(51.365)
Depreciações e amortizações	4.929	12.538	9.989
Baixa do intangível - impairment	1.758	1.758	12.258
Resultado de participações em controladas	(82.411)	(149.189)	(104.472)
(Lucro)/Prejuízo na alienação de imobilizado	(1.042)	(997)	51
Variação de ativos e obrigações	2.966.793	(146.884)	6.175.652
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	3.945.118	1.944.086	(1.255.012)
(Aumento)/Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (Ativos/Passivos)	345.769	(706.244)	6.640.408
Redução em relações interfinanceiras e interdependências (Ativas/Passivas)	86.821	65.965	8.617
Aumento em operações de crédito	(90.537)	(127.979)	(342.762)
Redução/(Aumento) em outros créditos	(66.176)	185.243	1.488.850
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	197	2.800	(3.655)
Redução em outras obrigações	(1.296.486)	(1.592.953)	(304.760)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.464)	(13.673)	(176.293)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	(109)	(196)	627
Juros recebidos	55.660	96.067	119.632
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	2.946.630	(123.466)	6.103.428
Atividades de investimento			
Redução em depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	4.835	4.835	10.519
Alienação de imobilizado de uso	1.042	997	496
Aquisição de imobilizado de uso	(7.904)	(127.726)	(6.347)
Caixa líquido utilizado/(proveniente) nas atividades de investimento	(2.027)	(121.894)	4.668
Atividades de financiamento			
Aumento/(Redução) em depósitos	(337.677)	688.727	20.036
Aumento em captações no mercado aberto	2.486.501	273.972	239.452
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	6.583.705	6.233.505	(8.439.046)
Juros pagos	(11.823)	(22.554)	(38.662)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades de financiamento	8.720.706	7.173.650	(8.218.220)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.665.309	6.928.290	(2.110.124)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.580.676	9.317.695	11.427.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	16.245.985	16.245.985	9.317.695
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.665.309	6.928.290	(2.110.124)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: O Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco"), localizado em São Paulo, está autorizado a operar como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e câmbio. As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um conglomerado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2015. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis**: **(a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. **(b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração, na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e "Títulos disponíveis para venda", que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada "ajuste de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos, compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps*, estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios: (i) Títulos públicos federais, títulos privados, *swaps* e termos: apurados com base nos preços de venda de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Os títulos disponíveis para venda são marcados ao preço de venda (BID). (ii) Ações: cotação de fechamento divulgada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). (iii) Opções: modelo de precificação *Black & Scholes* e modelos internos, quando o modelo *Black & Scholes* não é aplicável. (iv) Futuros: cotações e taxas publicadas pela BM&FBovespa. (v) CVA (*Credit Valuation Adjustment*): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Banco para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação. (vi) Instrumentos indexados à TJLP: São realizados ajustes de parâmetros não observáveis onde se aplicam a situações em que um parâmetro ou dados para um modelo de avaliação não apresenta liquidez, não sendo observável ou não podendo ser precisamente extraído a partir de dados de mercado observáveis. Os ajustes de parâmetros não observáveis são utilizados para minimizar esta incerteza no preço do modelo. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes do BACEN e requisitos da Resolução nº 2.682 do CMN. **(d) Permanente:** É demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) As participações em sociedades controladas, em proporção ao valor do patrimônio líquido contábil dessas controladas, são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. (ii) A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 8%, máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10% e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 3.566, de 29 de maio de 2008, do CMN tem periodicidade anual e ocorre no mês de agosto de cada exercício. (iii) O diferido está representado, principalmente, por gastos no desenvolvimento de sistemas que são amortizados com base no método linear considerando a taxa de 20% ao ano. Em atendimento à Resolução nº 3.617 do CMN de 30 de setembro de 2008, a Administração decidiu pela permanência dos saldos existentes de diferido em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa. (iv) O intangível está representado pelos direitos adquiridos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642 do CMN. O ativo intangível foi classificado como um ativo de vida útil indefinida por não existir um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para o Banco. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Foram realizados testes na linha de Outros Ativos Intangíveis, seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). **(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível , trabalhista e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2014, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. Em decorrência da adesão da entidade ao Programa de Anistia de Débitos Federais, a entidade apresentou substancial realização de Créditos Tributários de Diferenças Temporárias em 2014. A Administração optou por reverter no exercício créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R$ 154,8 milhões. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária relativamente ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS. Tal lei dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a tributação dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos na legislação societária em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. A adoção das novas regras foi facultativa para o ano de 2014 e o Banco decidiu não aderir, considerando a inexistência de impactos financeiros relevantes para o Banco. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Banco registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Banco registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting,* assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Banco. **4. Gerenciamento de riscos e de capital:** O gerenciamento de riscos e de capital é efetuado na base do conglomerado local. O conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. **(a) Risco de mercado:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pelas instituições financeiras que compõem o conglomerado financeiro J.P. Morgan. O risco de mercado inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, renda variável e de preços de mercadorias (*commodities*). O estabelecimento de funções separadas entre as áreas de negócio (tomadoras de risco) e a área de Risco de Mercado encarregada da medição, análise, controle e informação de riscos proporciona suficiente independência e autonomia para um adequado controle de risco. Os limites de risco de mercado têm por finalidade limitar as operações a mercados e produtos autorizados, onde se tem um conhecimento dos riscos incorridos pelo J.P. Morgan. Esse estabelecimento de limites conta com a infra-estrutura necessária para sua gestão, controle e informação, e garante que a alocação de capital em função do risco não supera, em nenhum caso, os níveis máximos aprovados. **(b) Risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A política de gestão de risco operacional do conglomerado define os procedimentos e padrões de gestão de risco operacional; estabelece responsabilidades, monitoramento e comunicação do risco operacional e estabelece padrões mínimos de governança. A estrutura estabelecida permite identificar, monitorar, mensurar e comunicar riscos operacionais, possibilitando a identificação dos responsáveis pelas ações corretivas. Os principais componentes dessa estrutura, em face dos requerimentos estabelecidos pela política corporativa de gestão de risco, incluem formalização dos eventos de risco operacional, as autoavaliações de controle e risco, governança e comunicação desses eventos à alta administração e áreas envolvidas. **(c) Risco de liquidez:** É definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O grupo responsável pelo gerenciamento de risco de liquidez utiliza mecanismos que incluem a projeção do fluxo de caixa futuro e a manutenção de limites mínimos a serem aplicados em ativos de alta liquidez do grupo. **(d) Risco de crédito:** É definido como a possibilidade de perda pelo não recebimento dos valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira da contraparte. As principais atribuições da Área de Crédito no Brasil são a avaliação da capacidade dos clientes de gerarem recursos suficientes para a liquidação de suas obrigações, atribuição de uma classificação de risco (*rating*) e aprovação de forma independente dos limites de crédito atribuídos aos clientes. O risco de crédito é minimizado utilizando mecanismos de monitoramento, avaliação e gerenciamento do portifólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, *ratings*, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. **(e) Gerenciamento de capital:** É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico. As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R$ 400.004 (2013 – R$ 145.435) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R$ 15.845.981 (2013 – R$ 9.172.260) (Nota 6).

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2014	2013
Aplicações no mercado aberto - operações compromissadas	15.845.981	9.172.260
Posição bancada	11.395.935	4.943.126
Posição financiada	3.972.528	4.064.542
Posição vendida	477.518	164.592
Aplicações em depósitos interfinanceiros	44.613	115.085
Aplicações em moedas estrangeiras	-	1.873.614
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	15.890.594	11.160.959

7. Títulos e Valores Mobiliários – TVM

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado em 2014	Valor de mercado em 2013
Títulos para negociação	**7.876.204**	**(17.398)**	**7.858.806**	**6.697.349**
Carteira própria	4.139.273	(14.708)	4.124.565	4.599.538
LFT	52.882	150	53.032	84.542
LTN	275.414	(304)	275.110	1.213.664
NTN-B	52.744	75	52.819	30.952
NTN-C	47	12	59	45
NTN-F	242.766	709	243.475	571.808
Debêntures	40.902	(15.979)	24.923	-
Notas promissórias	144.058	615	144.673	-
Cotas de fundos de investimentos	3.326.604	-	3.326.604	2.675.571
Ações	3.856	14	3.870	22.956
Vinculados a compromissos de recompra	43.489	24	43.513	3.003
LTN	43.489	24	43.513	3.003
Vinculados a prestação de garantias	3.693.442	(2.714)	3.690.728	2.094.808
LFT	345.504	(4)	345.500	175.357
LTN	2.980.585	(2.819)	2.977.766	1.331.948
NTN-B	71.657	(82)	71.575	215.571
NTN-C	3.115	(158)	2.957	2.831
NTN- F	292.581	349	292.930	369.101
Títulos disponíveis para venda	**561.984**	**(2.228)**	**559.756**	**-**
Carteira própria	149.955	(21)	149.934	-
LTN	149.955	(21)	149.934	-
Vinculados a prestação de garantias	412.029	(2.207)	409.822	-
LTN	412.029	(2.207)	409.822	-
Total da carteira de TVM	**8.438.188**	**(19.626)**	**8.418.562**	**6.697.349**

Continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(b) Cotas de fundos de investimentos - As cotas de fundos de investimentos estão representadas, basicamente, por aplicações do Banco em um fundo de investimento financeiro exclusivo, cuja composição da carteira é demonstrada abaixo:

	Ativo/ (Passivo) 2014	Ativo/ (Passivo) 2013
Fundo de investimento financeiro - exclusivo	**3.236.485**	**2.662.481**
Títulos e valores mobiliários	3.279.956	2.624.809
• Ações	77.749	935.698
• LTN	5.271.379	4.227.397
• LFT	109.245	49.069
• NTN-B	197.667	198.551
• NTN-F	-	127.377
• Credores por empréstimos de ações	(2.378.289)	(3.363.735)
• Direitos por empréstimos de ações	2.205	450.452
Mercado futuro	(52.213)	3.715
• Futuro – DI	314	980
• Futuro – Dólar	-	(3)
• Futuro – Índice	(19.349)	2.842
• Futuro – BRI	-	1
• Futuro – DAP	(30)	(105)
• Futuro – DDI	(33.148)	-
Swap	(22.712)	(645)
• *Swap*	(22.712)	(645)
Opções	22.566	9.382
• Ações	28.165	10.545
• Ibovespa	2.583	(4.034)
• Futuro	(21.833)	232
• Flexíveis	13.651	2.639
Diversos	8.868	25.209
• Valores a receber	8.868	25.209
Disponibilidades	20	11
Outros fundos	90.119	13.090
Total cotas de fundos de investimento	**3.326.604**	**2.675.571**

(c) Composição por prazos de vencimentos dos papéis

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Carteira própria	3.870	3.566.590	338.151	242.564	123.324	4.274.499
Vinculados a compromissos de recompra	-	35.765	7.748	-	-	43.513
Vinculados à prestação de garantias	-	271.615	2.966.623	447.305	415.008	4.100.550
Total da carteira – 2014	**3.870**	**3.873.970**	**3.312.522**	**689.869**	**538.331**	**8.418.562**
Total da carteira – 2013	**22.956**	**4.840.497**	**924.281**	**388.563**	**521.052**	**6.697.349**

8. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

(a) Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2014	Valor nominal 2013
Operações de *swap*	**1.018.211**	**2.263.761**	**42.486.879**	**15.158.064**
Taxa de juros	104.330	161.596	4.292.359	1.642.849
Moedas	758.175	1.182.783	30.261.509	9.849.329
Outros	166.271	919.382	7.933.011	3.665.886
Ajustes prudenciais¹	(10.565)	-	-	-
Operações com opções	**146.561**	**165.564**	**13.626.658**	**9.119.300**
Compra de opção de:	146.561	-	6.793.584	4.726.396
Compra de dólar	24.769	-	1.779.244	715.813
Compra de índice de ações	17.475	-	1.526.553	1.314.332
Compra de ação	62.948	-	713.580	632.956
Venda de dólar	4.248	-	1.155.252	362.108
Venda de índice de ações	32.231	-	1.426.920	1.325.680
Venda de ação	5.077	-	192.035	375.507
Ajustes prudenciais¹	(187)	-	-	-
Venda de opção de:	-	165.564	6.833.074	4.392.904
Compra de dólar	-	24.769	1.779.244	715.813
Compra de índice de ações	-	10.868	1.526.553	1.314.581
Compra de ação	-	36.700	245.350	236.241
Venda de dólar	-	4.248	1.155.252	362.108
Venda de índice de ações	-	52.235	1.426.920	1.322.280
Venda de ação	-	36.744	699.755	441.881
Operações com futuros	**220.673**	**267.253**	**71.409.450**	**24.743.151**
Posição comprada	**5.754**	**251.323**	**34.224.925**	**9.879.225**
Cupom cambial - DDI	106	77.271	5.705.969	4.566.236
DI de 1 dia	5.648	217	23.788.624	2.298.601
Dólar	-	173.835	4.730.332	3.010.763
Indice de ação	-	-	-	3.625
Posição vendida	**214.919**	**15.930**	**37.184.525**	**14.863.926**
Cupom cambial - DDI	213.231	9.622	10.641.677	2.383.483
DI de 1 dia	210	5.268	9.769.585	12.070.270
Dólar	519	-	29.023	-
Cupom IPCA	-	207	196.488	408.289
Índice de ação	888	-	65.603	1.884
Selic – OC1	71	833	16.482.149	-
Operações a termo	**1.319.117**	**1.319.252**	**1.318.672**	**1.019.110**
Posição comprada	337.520	337.075	337.075	166.705
Títulos públicos	337.520	337.075	337.075	166.705
Posição vendida	981.597	982.177	981.597	852.405
Títulos públicos	981.597	982.177	981.597	852.405
Outros derivativos	**669.977**	**650.452**	**24.143.483**	**10.366.087**
Moedas	671.857	650.452	24.143.483	10.204.007
Commodities	-	-	-	93.928
Outros derivativos	-	-	-	68.152
Ajustes prudenciais¹	(1.880)	-	-	-

Os valores a receber e a pagar de operações de *swap*, operações a termo e opções estão registrados na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" e de operações de futuros na rubrica de "Negociação e intermediação de valores". Os valores nominais estão registrados em contas de compensação. Ajustes prudenciais¹: referem-se a ajustes de CVA, precificação e/ou liquidez conforme descrito na nota de práticas contábeis (Nota 3 (b)).

(b) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor de mercado 2014	Valor de mercado 2013
Ativo	**2.963.840**	**190.026**	**3.153.866**	**2.427.370**
Operações de *swap*	917.852	100.359	1.018.211	817.383
Operações a termo	1.318.672	445	1.319.117	1.019.136
Operações com opção	135.862	10.699	146.561	224.126
Outros derivativos	591.454	78.523	669.977	366.725
Passivo	**4.129.935**	**269.094**	**4.399.029**	**2.570.989**
Operações de *swap*	2.120.576	143.185	2.263.761	1.066.968
Operações a termo	1.318.674	578	1.319.252	1.018.739
Operações com opção	137.630	27.934	165.564	160.732
Outros derivativos	553.055	97.397	650.452	324.550

(c) Composição do valor nominal por vencimentos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total 2014	Total 2013
Operações de *swap*	8.371.004	12.048.814	9.920.124	12.146.937	42.486.879	15.158.064
Operações com opções - comprada	832.376	5.505.695	455.513	-	6.793.584	4.726.396
Operações com opções- vendida	869.386	5.508.643	455.045	-	6.833.074	4.392.904
Operações de futuros - comprada	20.065.491	5.915.993	4.431.690	3.811.751	34.224.925	9.879.225
Operações de futuros- vendida	14.586.834	13.163.958	8.423.145	1.010.588	37.184.525	14.863.926
Operações a termo - comprada	337.075	-	-	-	337.075	166.705
Operações a termo - vendida	981.597	-	-	-	981.597	852.405
Outros derivativos	7.800.720	11.719.111	3.057.527	1.566.125	24.143.483	10.366.087

(d) Valor nominal por local de negociação

	Bolsas	Balcão (Cetip)	Total 2014	Total 2013
Operações de *swap*	21.311.258	21.175.621	42.486.879	15.158.064
Operações com opções - comprada	10.402	6.783.182	6.793.584	4.726.396
Operações com opções - vendida	49.892	6.783.182	6.833.074	4.392.904
Operações de futuros - comprada	34.224.925	-	34.224.925	9.879.225
Operações de futuros - vendida	37.184.525	-	37.184.525	14.863.926
Operações a termo - comprada	-	337.075	337.075	166.705
Operações a termo - vendida	-	981.597	981.597	852.405
Outros derivativos	-	24.143.483	24.143.483	10.366.087

(e) Valor nominal por contraparte

	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	Total 2014	Total 2013
Operações de *swap*	77.683	8.556.470	8.800.894	7.589.808	17.462.024	42.486.879	15.158.064
Operações de opções	127.912	2.982.779	2.846.697	7.608.976	60.294	13.626.658	9.119.300
Operações de futuros	-	-	-	-	71.409.450	71.409.450	24.743.151
Operações de termo	-	-	1.318.672	-	-	1.318.672	1.019.110
Outros derivativos	-	16.182.042	222.913	7.738.528	-	24.143.483	10.366.087

(f) Resultado por produto

	Resultado líquido 2014	Resultado líquido 2013
	(28.370)	**478.770**
Operações de *swap*	224.192	65.725
Operações de opções	(65.165)	41.456
Operações de futuros	(273.801)	403.951
Operações a termo	(532)	242
Outros derivativos	86.936	(32.604)

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto às bolsas são representadas por títulos públicos federais e totalizam R$ 4.100.550 (2013 - R$ 2.094.808), registradas como vinculados à prestação de garantias. **9. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram definidas de acordo com o estabelecido pela Resolução nº 2.682 do CMN. A carteira de crédito é composta por empréstimos no montante de R$ 874.213 (2013 - R$ 614.505), classificados em "Operações de crédito", por adiantamentos sobre contrato de câmbio no montante de R$ 635.810 (2013 – R$ 444.650), classificados em "Carteira de câmbio e empréstimos de ações" no montante de R$ 63.780 (2013 – R$ 195.509).

(a) Concentração de crédito

	2014	2013
Principal devedor	350.714	195.508
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	22%	15%
Dez maiores devedores	1.033.789	756.608
Percentual em relação ao total da carteira de crédito - %	66%	60%

(b) Composição por nível de risco

	2014		2013	
Nível de risco	**Total da carteira**	**Provisão constituída**	**Total da carteira**	**Provisão constituída**
AA	1.508.095	-	898.948	-
A	23.359	117	293.923	1.470
B	-	-	8.891	89
D	35.913	3.591	-	-
E	6.436	1.931	-	-
F	-	-	52.902	31.543
Total	**1.573.803**	**5.639**	**1.254.664**	**33.102**

(c) Evolução da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

	2014	2013
Saldo inicial	33.102	52.951
(Reversão)/Constituição de provisão	(27.463)	713
Reversão de provisão de operação baixada para prejuízo	-	(20.562)
Saldo final	**5.639**	**33.102**

Adicionalmente, no ano foi constituído R$ 383 (2013 – R$ 380) referente a títulos e créditos a receber sem características de concessão de crédito. Em 2013 houve reversão de R$ 31.096 em função de venda de um crédito a receber decorrente de uma perda de derivativo pelo valor de R$ 937. Classificada em "Outros créditos" o saldo da provisão dos referidos títulos e créditos totalizam R$ 7.231 (2013 – R$ 6.848). Em 2013 houve baixa de operação de crédito para prejuízo no valor R$ 20.562 contabilizada na conta "Reversão/Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa" na Demonstração de Resultado. No ano houve recuperação de operação de crédito baixada para prejuízo, sendo o valor recuperado de R$ 3.250 (2013 – R$ 1.756). Em 2014 e 2013 não houve renegociação de operação de crédito. **10. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" no ativo referem-se a devedores por conta de liquidação pendente no valor de R$ 457.575 (2013 – R$ 85.517) e operações com ativos financeiros e mercadorias no montante de R$ 40.830 (2013 – R$ 126.687) e, no passivo, principalmente, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R$ 160.499 (2013 – R$ 146.851), credores por empréstimos de ações R$ 6.600 (2013 – R$ 473.830) e operações com passivos financeiros a liquidar no valor de R$ 383.430 (2013 – R$ 1.402). **11. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio**: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados, principalmente, por câmbio comprado a liquidar no valor de R$ 5.016.472 (2013 – R$ 3.631.855), direitos sobre vendas de câmbio no valor de R$ 561.231 (2013 – R$ 1.748.630) e foram deduzidos por adiantamentos recebidos em moeda nacional e estrangeira liquido de juros a receber no valor de R$ 11.020 (2013 – R$ 91.554). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas, principalmente, por câmbio vendido a liquidar no valor de R$ 567.341 (2013 – R$ 1.744.769) e obrigações por compra de câmbio no valor de R$ 4.670.265 (2013 – R$ 3.622.779) e foram deduzidos por adiantamentos sobre contratos de câmbio no valor de R$ 621.140 (2013 – R$ 440.511).

12. Outros créditos e outras obrigações

(a) Outros créditos - diversos

	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia (Nota 18 (a))	702.386	1.239.264
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota19)	273.027	538.806
Títulos e créditos a receber – com característica de concessão de crédito	10.223	-
Títulos e créditos a receber – sem característica de concessão de crédito	8.625	8.241
Impostos e contribuições a compensar	15.249	8.003
Outros	12.249	8.086
Total	**1.021.759**	**1.802.400**

(b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Impostos e contribuições a recolher	16.240	62.012
Provisão para riscos fiscais (Nota 18 (a))	343.961	1.216.648
Total	**360.201**	**1.278.660**

(c) Outras obrigações - diversas

	2014	2013
Despesas com pessoal	351.416	306.049
Provisões para ações cíveis (Nota 18 (a))	87.161	377.088
Provisões para processos trabalhistas (Nota 18 (a))	42.363	40.793
Provisões para avais e fianças prestados (Nota 18 (a))	352	-
Provisões para despesas administrativas	14.706	10.097
Credores diversos exterior	29.361	73.554
Outros	19.829	21.432
Total	**545.188**	**829.013**

Continua...

...continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 -** *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

13. Participações em sociedades controladas

	J.P. Morgan S.A. DTVM	J.P. Morgan CCVM S.A.	Total em 2014	Total em 2013
Participação no capital integralizado - %	100,00	100,00	-	-
Patrimônio líquido	232.525	529.087	-	-
Lucro líquido do exercício	84.399	64.790	-	-
Resultado de participações em controladas	84.399	64.790	149.189	104.472
Valor contábil do investimento	232.525	529.087	761.612	612.419

14. Imobilizado de uso: "Imóveis de uso" estão representados a valor de custo por edificações, no valor de R$ 43.105 e terrenos, no valor de R$ 46.203. **15. Ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis são compostos por Aquisição da Carteira da J.P. Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., no valor de R$ 8.576 (2013 – R$ 10.334) e aquisição de Código Fonte no valor de R$ 2.500 (2013 – R$ 2.500). Foram realizados testes na linha de "Outros ativos intangíveis", seguindo metodologia abordada pela regulamentação (CPC 01). Para avaliação do valor recuperável do ativo foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado e indicadores de mercado. Com base nessa avaliação, o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período foi de R$ 1.758 (2013 - R$ 12.258) na linha de "Outras despesas administrativas".

16. Depósitos e captações

(a) Depósitos

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 2014	Total 2013
Depósitos à vista	221.075	-	-	-	-	-	221.075	171.431
Depósitos interfinanceiros	-	2.016.865	-	-	-	-	2.016.865	1.194.400
Depósitos a prazo	-	83.040	233.887	557.823	490.741	8.602	1.374.093	1.557.475
Total	**221.075**	**2.099.905**	**233.887**	**557.823**	**490.741**	**8.602**	**3.612.033**	**2.923.306**

(b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses	Total 2014	Total 2013
Carteira própria	43.260	43.260	3.000
Carteira de terceiros	3.972.528	3.972.528	4.064.542
Carteira livre movimentação	479.477	479.477	153.751
Total	**4.495.265**	**4.495.265**	**4.221.293**

17. Obrigações por empréstimos no exterior: São representados, principalmente, por recursos captados junto a instituições financeiras do J.P. Morgan Chase Bank no exterior, sendo R$ 4.788.140 captações de curto prazo e R$ 9.299.964 (2013 – R$ 297.731) com vencimento até novembro de 2015. Em 2013 havia R$ 8.199.100 em recursos captados em instituições financeiras do J.P. Morgan Chase Bank no exterior, com vencimentos até setembro de 2015. As taxas de juros variam até 0,38% ao ano em 2014 e 2013. De acordo com as normas expedidas pelo CMN, e atendendo as determinações do BACEN, em 31 de dezembro de 2014, o Banco considerou para fins de conversão para reais das operações de empréstimos no exterior, a taxa de câmbio Ptax de venda. Por outro lado, na mesma data base o Banco possui operações com derivativos negociados em Bolsa de Valores realizadas com o objetivo de proteção da exposição cambial, para as quais a taxa de câmbio utilizada para liquidação é a taxa de fechamento do dia. Esse tratamento gerou um descasamento entre a variação cambial dos empréstimos no exterior e a do instrumento financeiro derivativo, uma vez que nesse dia ocorreu uma variação significativa entre essas duas taxas de câmbio. Caso os dois instrumentos financeiros indexados em moeda estrangeira e contratados com o objetivo de proteção da exposição cambial fossem convertidos pela mesma taxa de câmbio de fechamento, o efeito patrimonial seria um aumento de R$ 23.667. **18. Passivos contingentes e obrigações legais:** As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias – obrigações legais	651.723	1.191.163	343.961	1.216.648
Cíveis	21.774	21.300	87.161	377.088
Trabalhistas	28.889	26.801	42.363	40.793
Outros	-	-	352	-
Total	**702.386**	**1.239.264**	**473.837**	**1.634.529**

(b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Fiscais e previdenciárias Obrigações legais e outros passivos contingentes	Total em 2014	Total em 2013
Saldo inicial	**377.088**	**40.793**	**-**	**1.216.648**	**1.634.529**	**1.543.177**
Despesas financeiras - juros	30.929	2.463	-	38.946	72.338	83.307
Constituições	-	1.858	352	25.129	27.339	36.464
Anistia (Nota 18 (d))	(222.805)	-	-	(936.762)	(1.159.567)	-
Reversões	-	(2.224)	-	-	(2.224)	(12.363)
Pagamentos	(98.051)	(527)	-	-	(98.578)	(16.056)
Saldo final	**87.161**	**42.363**	**352**	**343.961**	**473.837**	**1.634.529**

(c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais - A instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98; (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado. Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 28% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R$ 1.240.477, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS Lei nº 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes, o que gerou um impacto positivo de R$ 77.347 no resultado da instituição, integralmente reconhecido em outubro de 2014. **(d) Fiscais e previdenciárias – passivos contingentes** - A instituição também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R$ 106.492 (2013 - R$ 117.862); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R$ 104.576 (2013 - R$ 98.761); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R$ 726 (2013 - R$ 36.944); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R$ 29.405 e (v) outros casos que totalizam R$ 7.956 (2013 – R$ 5.275). Com relação ao item (iv) acima, no mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para débitos de PIS e COFINS de instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos e incluiu os casos de PIS e COFINS decorrentes da desmutualização dos quais era parte no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. **(e) Ações trabalhistas -** Referem-se a ações trabalhistas contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R$ 24.335 (2013 – R$ 23.022). **(f) Ações cíveis -** O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, incluindo aquelas que são parte juntamente com outras instituições financeiras brasileiras, relacionadas principalmente a planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Adicionalmente, em anos anteriores, foi constituída provisão referente à discussão sobre penas de multas pecuniárias aplicadas a esta instituição. O montante provisionado representa a avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos das perdas prováveis nessas ações. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R$ 331. **19. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários**: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Diferenças temporárias	251.272	513.827
Contingências fiscais	-	176.968
Contingências cíveis	26.237	154.803
Contingências trabalhistas	16.945	16.317
Provisão para devedores duvidosos	6.126	15.980
Provisão para honorários advocatícios	4.717	3.602
Provisão para participação nos lucros	60.177	56.593
Marcação a mercado – TVM e derivativos	58.420	12.925
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 3 (i))	69.850	54.012
Outros	8.801	22.627
Prejuízos fiscais e base negativa	21.754	24.979
Total de créditos tributários – ativo	**273.027**	**538.806**

No exercício foi constituído crédito tributário de R$ 118.819 (2013 - R$ 102.392) sobre diferenças temporárias e R$ 162.566 (2013 - R$ 24.979) sobre prejuízo fiscal e base negativa, tendo sido realizado R$ 381.373 (2013 - R$ 141.324) sobre diferenças temporárias e R$ 165.791 sobre prejuízo fiscal e base negativa. A previsão de realização dos créditos tributários no montante R$ 273.027 é estimada em 32% no 1º ano, 15% no 2° e 3º ano, 9% no 4º e 5º ano, e 4% do 6º ao 10°ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R$ 188.086 (2013 - R$ 405.857). O valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, monta a R$ 154.861 (2013 - R$ 36.565). A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (g)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL – deduzido das participações nos lucros	495.380	67.814
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(198.152)	(27.125)
Resultado de participação em controladas	59.676	41.788
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(43.233)	(24.338)
Baixa de ativo diferido	(154.861)	-
Outros	27.578	3.176
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(110.840)	20.626
Resultado de IR e CSLL no exercício	**(308.992)**	**(6.499)**

20. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 56.625.110 ações nominativas, sendo 54.707.958 ordinárias e 1.917.152 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. A "Reserva de lucros – Estatutária" poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A "Reserva de lucros – Legal" é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2014. **21. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. As entidades J.P. Morgan CCVM S.A. e J.P. Morgan S.A. DTVM são empresas controladas pelo Banco JP Morgan S.A.. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2014		2013	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidade em moeda estrangeira	**396.003**	**-**	**145.435**	**-**
JP Morgan Chase Bank London - GMI	2.632	-	13.993	-
JPMorgan Chase Bank National Association	393.372	-	131.442	-
Aplicação em moeda estrangeira	**-**	**3.158**	**1.873.614**	**1.410**
JP Morgan Chase Bank London - GMI	-	-	-	-
JPMorgan Chase Bank National Association	-	3.158	1.873.614	1.410
Instrumentos financeiros derivativos	**281.534**	**(16.751)**	**15.643**	**185.133**
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	33.875	(7.674)	8.026	12.417
Lawton Multimercado	247.658	(9.077)	7.617	172.716
Serviços prestados a receber	**19.764**	**154.927**	**3.802**	**131.371**
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l.	-	-	194	655
JPMorgan Chase Bank. National Association	4.099	37.015	2.952	46.801
J.P. Morgan Securities Asia Pacific Limited	10.357	10.357	-	-
J.P. Morgan Securities LLC	5.170	27.524	656	27.242
JPMorgan Ast Mgt EUR	138	1.516	-	836
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	16.698	-	1.124
Lawton Multimercado	-	576	-	142
JP Morgan Whitefriars	-	61.242	-	54.571
Outros valores a receber/ (a pagar)	**(407)**	**130**	**(88.714)**	**-**
J.P. Morgan CCVM S.A.	(407)	-	(168)	-
Gávea Investimentos	-	-	(236)	-
JPMorgan Asset Management (Europe) S.à r.l	-	16	-	-
JP Morgan Overseas Capital Corporation	-	114	-	-
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	-	-	(2.442)	(2.442)
JPMorgan Chase Bank National Association	-	-	(85.868)	-
Depósitos à vista	**(3.626)**	**-**	**(2.641)**	**-**
Chase Manhatan Holdings Limitada	(44)	-	(62)	-
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio	(57)	-	(13)	-
HCM Partic Brasil Ltda	-	-	(159)	-
J.P. Morgan CCVM S.A.	(2.198)	-	(1.269)	-
J.P. Morgan S.A DTVM	(336)	-	(363)	-
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(343)	-	(55)	-
J.P.Morgan Investimentos e Finanças LTDA	(111)	-	(64)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(40)	-	(14)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(118)	-	(62)	-
Gaborone Participações Ltda.	(107)	-	-	-
OEP BRASIL Ltda.	(272)	-	(580)	-
Depósitos a Prazo	**(1.583)**	**(159)**	**-**	**-**
OEP BRASIL Ltda.	(530)	(122)	-	-
Lawton Multimercado	(1.053)	(37)	-	-
Depósitos interfinanceiros	**(2.016.864)**	**(208.949)**	**(1.193.886)**	**(125.500)**
J.P. Morgan S.A DTVM	(1.091.914)	(102.094)	(57.190)	(10.983)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(514.645)	(47.307)	(314.881)	(22.656)
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	(410.305)	(59.548)	(821.815)	(91.861)
Obrigações por operações compromissadas	**(1.965.348)**	**(17.888)**	**(2.482.840)**	**(227.273)**
J.P. Morgan S.A DTVM	-	(32.389)	(749.092)	(73.230)
J.P. Morgan CCVM S.A.	(47.490)	(4.671)	(194.846)	(9.315)
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	(1.909)	(6.059)	(143.735)	(17.596)
JP Morgan Overseas Capital Corporation.	-	-	-	(34.871)
Lawton Multimercado	(1.915.949)	(133.769)	(1.395.167)	(92.261)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	**(14.707.436)**	**(22.525)**	**(8.496.251)**	**(34.891)**
JP Morgan Chase Bank London - GMI	(8.043)	(297)	(420)	(2.447)
JPMorgan Chase Bank. National Association	(14.699.393)	(22.228)	(8.495.831)	(32.213)
JPMCB NY Branch-Intl	-	-	-	(231)
Negociação e intermediação de valores	**148.849**	**1.183**	**(21.997)**	**(559)**
J.P. Morgan CCVM S.A.	148.849	1.183	(21.997)	(559)
Despesa de pessoal	**(112.889)**	**(176.443)**	**(87.428)**	**(42.642)**
JPMorgan Chase & CO.	(112.889)	(176.443)	(87.428)	(42.642)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **(b) Remuneração da administração** - Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários do conglomerado. A despesa no exercício com a remuneração dos administradores está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Salários e encargos	20.101	17.628
Participação nos lucros e gratificações	45.982	33.114
Encargos sobre gratificações	15.771	11.348
Planos de aposentadoria e pensão	1.190	535
Outros benefícios	1.263	770

22. Benefícios: **(a) Fundo de pensão:** O Banco J.P. Morgan S.A. é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão, constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro, o Banco J.P. Morgan S.A. contribuiu com R$ 13.155 (2013 - R$ 11.843) para o fundo. **(b) Unidade de ações restritas -** Os funcionários elegíveis do Banco participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period* de 50% das ações se da em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de

Continua...

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O montante que transitou no patrimônio líquido em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R$ 179.755 (2013 - R$ 130.436) (Nota 3 (i)). O valor do passivo em 31 de dezembro, incluindo encargos sociais, é de R$ 175.275 (2013 - R$ 137.453). Em virtude desse programa, a despesa registrada no semestre é de R$ 60.668 (2013 – R$ 67.116), incluindo os encargos sociais. **23. Outras informações: (a)** O total de fundos e carteiras administrados monta a R$ 30.988.984 (2013 - R$ 28.125.904). **(b)** Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes montam a R$ 902.055 (2013 - R$ 798.574).

(c) "Outras despesas administrativas" referem-se às principais contas apresentadas no quadro abaixo:

	2014	2013
Despesas de serviços com o sistema financeiro	32.058	29.686
Despesa com serviços de terceiros	19.262	16.668
Despesas com viagens	17.424	15.623
Despesas com sistemas e tecnologias	11.678	21.898
Despesas com manutenção e conservação	10.994	15.745
Despesas de comunicação	9.471	9.299
Despesas com aluguel	14.575	10.530
Despesas de depreciação e amortização	12.538	10.003
Despesas de amortização - impairment	1.758	12.258
Despesas diversas	58.448	33.495
Total	**188.206**	**175.205**

(d) Composição de "Outras receitas operacionais" e "Outras despesas operacionais"

	2014	2013
Outras receitas operacionais	**433.570**	**65.610**
Reversão de provisões operacionais	3.112	12.925
Reversão de juros por adesão à anistia (Nota 18 (c))	373.296	-
Atualização de depósitos judiciais	52.588	46.420
Atualização de títulos e créditos a receber	383	380
Outras	4.191	5.885
Outras despesas operacionais	**151.473**	**90.872**
Atualização monetária de provisão para outras obrigações - fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis (Nota 18 (b))	72.338	83.307
Despesas com adesão à anistia (Nota 18 (c))	62.472	-
Outras	16.663	7.565

(e) As participações estatutárias no lucro referem-se a provisionamentos mensais das participações dos funcionários no lucro e nos resultados do Banco. **(f)** "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a Administração de fundos de R$ 29.334 (2013 - R$ 28.997), receita de comissão de colocação de títulos no mercado no valor de R$ 27.709 (2013 – R$ 39.198), rendas de serviços prestados no exterior no valor de R$ 117.829 (2013 - R$ 130.105) e rendas de serviço de assessoria técnica no valor de R$ 38.790 (2013 - R$ 30.089). **(g)** Conforme estabelecido na Resolução nº 3.263, o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores.

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco J.P. Morgan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2015

pwc **PricewaterhouseCoopers**
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan (o "Banco"), constituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 14 de junho de 2004, é composto por quatro membros, todos eles Diretores do Banco. Dentre as principais atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no âmbito de suas atribuições para a data-base 31 de dezembro de 2014, destacam-se: a. a avaliação da efetividade do sistema de controles internos e das auditorias independente e interna, com ênfase nos processos de avaliação de risco, no monitoramento do ambiente de controle e na detecção de eventuais deficiências existentes; b. acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria, devido às responsabilidades atribuídas ao Comitê pela Resolução no. 3.477, de 26 de julho de 2007; c. a avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do Banco e das empresas que compõem seu conglomerado financeiro local. Com o objetivo de assegurar a efetividade do ambiente de controles internos, o Comitê de Auditoria abordou diversas atividades de controles internos do Banco as quais são exercidas através de um conjunto de políticas internas e procedimentos. Tais políticas e procedimentos, que são devidamente supervisionados pela administração do Banco, objetivam a verificação sistemática de adoção e cumprimento de dispositivos legais e normativos. O Comitê de Auditoria acompanhou o monitoramento contínuo do ambiente de controles internos e as iniciativas em andamento. As atividades de controle interno incluem, entre outras, o estabelecimento de políticas internas e seu monitoramento, o processo de auto-avaliação de controles pelas diversas áreas do Banco, a análise da eficiência operacional, o Comitê de Controle, e auditorias periódicas realizadas pela Auditoria Interna e pela PricewaterhouseCoopers. No contexto da avaliação da efetividade do sistema de controles internos, nenhuma deficiência relevante foi identificada. O Comitê de Auditoria também realizou reuniões com as auditorias independente e interna onde foram avaliados o plano de auditoria e seu relacionamento com os objetivos estratégicos do Banco, a independência, a qualificação, a metodologia e a qualidade dos relatórios e comunicações dentre outros pontos passíveis de avaliação. O Comitê de Auditoria conclui que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna são adequados e estão compatíveis com as funções e responsabilidades das mesmas. Com base nas atividades acima mencionadas e no âmbito de suas atribuições, o Comitê de Auditoria considera apropriada a qualidade das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 17 de março de 2015